

Proposta para baixar gasolina gera impasse entre Planalto e Guedes

IMPACTO DE R\$ 30 BILHÕES

GASOLINA GERA IMPASSE

Guedes só aceita zerar imposto, como defende Bolsonaro, se petróleo bater US\$ 140

MANOEL VENTURA, ANDRÉ DE SOUZA, CAMILA ZARUR, PATRIK CAMPORÉZ E CAROLINA NALIN

A proposta apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro de zerar o PIS/Cofins (imposto federal) sobre a gasolina para baixar o preço do combustível gerou um impasse entre o Planalto e o Ministério da Economia. A equipe do ministro Paulo Guedes defende que a medida só seja tomada caso o barril de petróleo volte a subir e alcance a faixa dos US\$ 140.

A guerra na Ucrânia e as sanções do Ocidente à Rússia levaram o barril a ultrapassar a barreira dos US\$ 130 semana passada, mas a perspectiva de negociações por um cessar-fogo e o aumento da produção fizeram com que a commodity recuasse. Ontem, o Brent fechou a US\$ 106,90.

Os impostos federais sobre a gasolina custam R\$ 0,69 por litro. Segundo integrantes do governo, zerar os tributos custaria R\$ 30 bilhões. Na sexta-feira, Bolsonaro sancionou projeto que zera o PIS/Cofins sobre o diesel, com impacto de R\$ 0,33 por litro. O imposto sobre querosene de aviação (QAV) também foi eliminado. Diesel e QAV representam perda de R\$ 20 bilhões na arrecadação, sem compensação.

**SEM CARTAS NA MANGA** O governo está dividido em relação ao subsídio de combustíveis. Após a Petrobras anunciar semana passada reajuste de 18,77% para a gasolina e de 24,9% para o diesel, aumentou a pressão sobre a equipe econômica para a concessão de benefícios a todos os combustíveis, não só ao diesel.

A ala política defende a adoção de corte de impostos ou subsídios para baratear os combustíveis, de olho no impacto eleitoral. Ministros como o chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, defenderam em reuniões a ação direta do Tesouro Nacional



Enchendo o tanque. Ministério Público junto ao TCU solicitou que se apure a interferência do presidente Jair Bolsonaro na política de preços da Petrobras

para garantir preços mais em conta nas bombas. Para a Economia, porém, a ação no momento não se justifica.

Apesar de Bolsonaro se manifestar publicamente a favor da desoneração de impostos sobre a gasolina, assessores do presidente lembram que ele costuma seguir as orientações de Guedes. O ministro, por sua vez, recorre a um argumento frequente no debate a respeito de iniciativas para abrir os cofres públicos antes da eleição: o risco de o presidente ser acusado de crime de responsabilidade por descumprir regras fiscais, um tempo que assombra o presidente.

Na queda de braço entre política e gestão das contas públicas, Guedes ganhou tempo com a aprovação no Congresso de mudanças no ICMS (imposto estadual) e redução do PIS/Cofins sobre o diesel. Além da preocupação com a

prudência fiscal, Guedes tem alertado para o fato de que subsidiar a gasolina com o petróleo neste patamar deixaria o governo sem cartas na manga caso o barril volte a subir. Além disso, o ministro tem argumentado que o dólar poderia subir com consequência do subsídio — a lógica é que a ação prejudica a imagem do governo junto a investidores, o que eleva a percepção de risco e pode desvalorizar o real. Neste cenário, outros produtos de peso na cesta de compras do brasileiro seriam afetados, como o trigo.

**TERMINA EMBAGUNÇA** Do ponto de vista de política pública, o argumento da equidade econômica é que subsidiar o diesel tem impacto sobre toda a economia e beneficia o transporte público, usado pela população de baixa renda. O auxílio para a gasolina, porém,

ajudaria as classes mais altas. Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da PUC-Rio, faz avaliação similar. Segundo ele, do ponto de vista de política pública, é preferível abrir mão da arrecadação no diesel, já que ele é usado na agricultura, no transporte de cargas e no transporte público.

— Além disso, a gasolina concorre com o etanol e o GNV. Mexer nos impostos da gasolina de certa forma altera os preços relativos de outras indústrias (do gás e do etanol). O governo olha para a gasolina como se ela não tivesse concorrentes, mas tem. No sábado, porém, Bolsonaro disse que estava prevista a redução do PIS/Cofins sobre a gasolina, mas o Senado resolveu "mudar de última hora" o projeto. O presidente avisou que os postos poderiam ser notificados, caso não baixassem o

preço. Representantes do setor, como Paulo Roberto Tavares, presidente do Sindicomercado de combustíveis-DF, responderam, porém, que os preços provavelmente vão cair, mas que notificações não seriam efetivas, já que não há tabelamento para esse tipo de produto.

Enquanto o governo não consegue chegar a um consenso, o Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União solicitou que se apure possível interferência indevida de Bolsonaro na Petrobras e na política de preços da companhia. Mais de uma vez, o presidente fez críticas diretas à política de paridade, que repassa ao consumidor as flutuações no barril de petróleo e no dólar.

Na representação, o subprocurador do MP, Lucas Rocha Furtado, lista declarações do presidente que teriam interferido na cotação das ações

da estatal. Furtado argumenta que o "excesso de interferência" sobre as decisões corporativas, por parte do governo, pode acarretar possíveis prejuízos materiais à Petrobras, à imagem mercadológica e aos acionistas minoritários. "Isso pode gerar, por parte desses, questionamentos judiciais em face da União, inclusive com pedidos de indenização", escreveu.

A equipe técnica do TCU deverá analisar a representação antes que ela seja levada ao plenário da Corte. "Soluções fáceis para problemas complexos são as mais propensas a incorrerem em erros e ilegalidades", diz Furtado.

Ontem, o vice-presidente Hamilton Mourão saiu em defesa do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, afirmando que intervenções no preço de combustíveis é algo que sempre termina em bagunça. Segundo ele, Silva e Luna não deve pedir para deixar o cargo e como, "bom nordestino, ele aguenta a pressão".

— Intervenção no preço é algo que a gente sabe como começa, e o término é sempre uma bagunça. O governo está buscando soluções junto com o Congresso, seja mudança no cálculo do ICMS, a questão de fundo para estabilização, redução do PIS/Cofins para zero — disse Mourão.

**'FUNÇÃO SOCIAL' DA ESTATAL** Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticou os lucros da Petrobras e defendeu uma "função social" da empresa.

— A Petrobras tem hoje lucratividade na ordem de três vezes mais do que seus concorrentes, dividendos bilionários. Obvio que é muito bom que isso aconteça, mas isso não pode acontecer sob o sacrifício da população brasileira, que abastece os seus veículos ou que precisa do transporte coletivo — afirmou. — Vamos buscar exigir da Petrobras sua participação enquanto uma empresa que tem participação da União e que tem função social.

Estados tentam evitar perda de arrecadação de ICMS

Se não aderirem ao novo modelo, governos locais teriam queda de 30%, o que seria equivalente a R\$ 11 bilhões em um ano

GERALDA DOCA E CAROLINA NALIN

Os estados correm contra o tempo para evitar uma perda maior na arrecadação com o projeto de lei complementar (PLP 11), sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira. O texto prevê alíquota unificada em todo o país, o que requer uma negociação complexa entre os governos locais. Os estados têm até o dia 20 para enviarem suas propostas de alíquota única

para os combustíveis para o próximo mês. Sem aderir ao novo modelo, o cálculo do ICMS sobre o diesel passaria a ser feito com base no preço médio do produto nos últimos cinco anos. No dia 25, a nova sistemática prevista no projeto teria de ser publicada no Diário Oficial da União para vigorar a partir de 1º de abril.

Caso os estados passem a adotar o valor de referência dos últimos cinco anos, a estimativa é que haja queda na arrecadação de 30%, ou algo em

torno de R\$ 11 bilhões por ano, segundo pessoas próximas a estes cálculos nos estados. Em paralelo, o colégio de procuradores, que reúne representantes dos estados, está levantando

**20** de março é o prazo para definir alíquota única. Se os estados não chegarem a um acordo sobre o percentual único, devem ter perda maior de receita

do trecho de inconstitucionalidade na lei para recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) ainda esta semana.

A Secretaria de Fazenda do governo de Minas estima que terá perda de R\$ 125 milhões por mês em arrecadação caso passe a adotar a média dos últimos cinco anos. O governo mineiro aguarda alinhamento junto ao Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) para se posicionar.

Em evento ontem com empresários e políticos, o gover-

nador de Minas, Romeu Zema, reiterou que o imposto que incide sobre o valor por litro de combustível está congelado no estado desde o fim do ano passado e que, mesmo assim, o preço não parou de subir. Segundo ele, está provado que não é o ICMS que provoca a alta dos combustíveis.

O secretário de Fazenda do Rio, Nelson Rocha, explica que a mudança na regra do ICMS neste primeiro momento atingiria somente o imposto sobre o diesel, que, no

Rio, tem a menor alíquota de ICMS do país, de 12%.

— O Comsefaz vem se reunindo regularmente sobre essa matéria (da mudança na regra do ICMS), mas não existe um consenso. Nossa posição é que tem de haver um equilíbrio entre as alíquotas dos estados, mas o que não pode é a população acabar pagando mais caro.

Perguntado sobre a ação no STF, o secretário disse que o governo fluminense analisa a questão junto com o Comsefaz e o Colégio de Procuradores, e será feito "o que for decidido em conjunto".

O governo de São Paulo informou que é contra o projeto de alíquota única para o ICMS de combustíveis.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Economia **Página:** 13